

**Presentes:**Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Aline Fazan Cioni Guimarães – SEJU; Alzimara Cabreira Graga Bacellar – CORESAN Curitiba; Ana Carolina Pedroso de Almeida – IDR-PR; Andréa Lúcia Sérgio Bertoldi – Pró-reitora de Políticas Estudantis e Direitos Humanos da UNESPAR; Ariane Alves Nunes – CORESAN Francisco Beltrão; Cristina Klobukoski – SESA; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Fernanda Menegon Rosário – CORESAN Dois Vizinhos; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paula – CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira – CORESAN Irati; Gabriela Magdalena Sartorelli da Silva Margonar – CORESAN Maringá; Isaura Cabral dos Santos – CEASA; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; João Humberto de Castro Júnior – ADAPAR; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Murilo Wenzel Luiz – SANEPAR; Patricia Chiconato – CORESAN Guarapuava; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU Binacional; Rosângela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Tatiani Macarini – SEMIPI; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Angelita Pugliesi – SEAB/DESAN; Carlos Alberto Ferreira – SEAB/DESAN; Cláudia Carolina Dias – Prefeitura Pinhais; Cláudia Jaqueline Cassola da Silva – Prefeitura de Araucária; Eliane Rodrigues - Prefeitura de Almirante Tamandaré; Gizleyangela Goese – CONSEA Pinhais; Gustavo Spik Calisarro – SMAS Fazenda Rio Grande; Huáscar Passali – UFPR; José Antonio – SEAB Umuarama;; Karla Dias Bertolini – SEMAS São José dos Pinhais; Larissa Tayna Thibes – Prefeitura Itaperuçu; Letycia de Paula Hoffmann – SEAB; Loreni de Azevedo de Oliveira – SEAB; Luis Antonio de Matos – SEAB; Maria Jociane Ribeiro – Prefeitura Pinhais; Marjane Ribeiro da Silva – SMAS Fazenda Rio Grande; Nair Lúcia Jung – DESAN Londrina; Roselene Sonda – Ministério Público; Ruth Figueiredo Lima – SEAB Paranaguá; Sabrina Willrich de Oliveira – Prefeitura Itaperuçu; Solange Soprani – SEAB/DESAN; Tatiana Tomal Bondoni dos Santos – Prefeitura Almirante Tamandaré; Thays da Silva Alves – Prefeitura Itaperuçu; Viviane do Rocio Moretti – Prefeitura Campo Largo.

Justificativa de Ausências:**Pauta:**

1. Abertura com aprovação de pauta e ata;
2. Relato CPCE Brasília;
3. Plano Estadual de SAN – avaliação 20/23 e perspectivas para o Plano 24/27;
4. Planos municipais de SAN – relato das CORESAN's;
5. Observatório dos Conselhos - UFPR;
6. Insegurança alimentar nos territórios vulneráveis - UEL;

7. Programa Água Segura - SANEPAR;
8. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - IPARDES;
9. Programa Irriga Paraná – Sistema SEAGRI;
10. Revisão do Regimento Interno;

1 **Memória:** Dando início à reunião plenária, a presidente do CONSEA, Roseli Pittner, agradece a  
2 presença de todos, lendo a pauta para aprovação do Conselho. Após a leitura, o conselho aprovou a  
3 pauta. Quanto à ata, Valdenir explica que foi solicitada uma correção que já foi realizada, de modo  
4 que restou aprovada a ata de junho. Passando a falar sobre a ata da reunião de dezembro, a presidente  
5 explica que a ex-conselheira Marilze Assis da CORESAN Maringá pediu algumas alterações do  
6 conteúdo que já havia sido aprovado em ata. Em decorrência disso, na reunião de junho ficou decidido  
7 que haveria uma conversa entre a Cáritas, regional de Maringá e CONSEA estadual. Após a reunião,  
8 ficou decidido que em uma nova plenária houvesse a consulta aos conselheiros sobre a alteração que  
9 Marilze solicita. Roseli explica que foi apresentado um trecho escrito pela outrora conselheira durante  
10 a reunião sobre o que deveria ser alterado, mas que posteriormente recebeu um áudio de Marilze com  
11 as alterações que desejava que fossem alteradas pelo conselho. Roseli passa então a ler a mensagem  
12 de texto que Marilze quer inserir na ata, havendo comentários de que não foi isso que fora dito na  
13 reunião oficial, e que isso se trata de uma opinião dela e não cabe na ata. A presidente coloca em  
14 votação sobre realizar a alteração nas palavras colocadas por Marilze ou não, conforme solicitado  
15 pela Cáritas. Para manifestações sobre o pedido da Cáritas, a presidente abre a fala para 4  
16 conselheiros. Tatiana Marin se posiciona contra a inserção da fala em ata, visto que se trata de uma  
17 opinião de Marilze e que a presente reunião é o quarto momento em que se discute a mesma questão  
18 que já havia sido deliberada. Flávia Anastácio vota que a fala não entre em pauta e que a conferência  
19 correu normalmente e que houve mera rejeição da inserção em ata, não havendo obstáculo de fala  
20 durante a conferência. Marcelo Stelmach se manifesta no sentido de que durante a reunião da Cáritas  
21 foi apresentada outra fala, tendo mudado no áudio encaminhado posteriormente somente à Roseli.  
22 Ainda, comenta que durante a Conferência foi passado de mão em mão o manifesto sem qualquer  
23 explicação de seu teor ou finalidade, inclusive pedindo as assinaturas sem a devida leitura do  
24 documento. Sílvia Rigon, representando a FESSAN-PR, a pedido de Marilze, comenta que o texto da  
25 ata do dia 18 de dezembro de 2023 não refletiu exatamente o que ela queria dizer, requerendo a  
26 juntada da fala posteriormente elaborada pela ex-conselheira e que o manifesto do Fórum, que atua  
27 há mais de 20 anos nas questões de SAN, não se trata de um documento de manipulação, mas de  
28 representação dos movimentos sociais do Paraná. Sugere que a fala seja posta entre aspas, como uma  
29 manifestação dela sobre os acontecimentos. Ainda, afirma que esteve no conselho por diversos anos  
30 e nunca viu uma situação de um conselho chamar suas conselheiras ao palco para tecer uma crítica  
31 em frente aos seus colegas de conselho. Sílvia, então, apresenta um documento elaborado pela  
32 FESSAN em defesa do manifesto e sobre a nota de esclarecimento do CONSEA, que deve ser  
33 encaminhado a todas as CORESAN's. Roseli Pittner se manifesta no sentido de que em momento  
34 algum o CONSEA não aceitou o manifesto, o que deixou o conselho indignado foi que muito do  
35 conteúdo do manifesto realmente acontece, como a situação de fome no Brasil e Paraná, que o  
36 CONSEA, inclusive, concorda, explicando que houve um grande avanço em 2023 em relação à fome  
37 em decorrência do retorno de políticas públicas. Mas a forma com que o documento chegou e como  
38 foi passado nos grupos durante a conferência, como se fosse algo escondido, bem como uma  
39 divulgação de que o secretário executivo não pode ser também o secretário da CAISAN, mesmo

40 quando essa hipotética proibição não está presente no regimento. Passada a palavra para Jaciara, faz  
41 duas ponderações, a primeira como profissional formada há mais de vinte anos, moradora do Paraná  
42 há 13 anos, apaixonada pela área de SAN, trabalhando com o PNAE, alimentos orgânicos, entre  
43 outros projetos, que ficou ofendida pelas colocações que foram feitas após o manifesto porque o  
44 manifesto a citou como porta-voz do conselho e que havia se posicionado contra o manifesto. Repete  
45 que não foi a organizadora de qualquer ataque e que talvez precise fazer um manifesto próprio, uma  
46 vez que foi apenas uma leitora e não uma articuladora. Assim, afirma que o secretário cedeu o espaço  
47 para o Fórum realizar uma fala, sendo que Jaciara leu boa parte do documento elaborado e que o  
48 documento foi entregue em mãos à presidente do CONSEA nacional. Após isso, foi feita uma reunião  
49 pelo atual vice-presidente, que havia lido todo o documento e constatado que o manifesto afirma que  
50 os conselheiros são cooptados pelo governo e que todas as regionais conseguiram fazer as  
51 conferências municipais por imposição. Se qualquer uma das suposições presentes no manifesto de  
52 fato ocorreram, seria necessário citar nomes, explica Jaciara. Diante disso, o momento de subir ao  
53 palco para falar sobre o manifesto também foi tenso para o restante do CONSEA, e que ela deixou o  
54 local de fala para atender justamente o pedido de fala de Marilze e Maria Isabel. Roseli colabora com  
55 a fala ao relatar que o CRN8 informou à presidente do CONSEA nacional que houve uma obrigação  
56 de realizar as conferências, sendo que Roseli afirma que foi incentivada a realização das reuniões  
57 porque a adesão ao SISAN está condicionada também à atividade do CONSEA e CAISAN, não sendo  
58 uma questão meramente documental. Finalizadas as falas, a presidente Roseli Pittner abre para  
59 votação acerca da alteração ou não da ata de dezembro de 2023, restando rejeitada por unanimidade  
60 dos conselheiros a alteração pretendida. Silvia Rigon informa que a decisão deve ser acatada por ter  
61 sido tomada pelo coletivo, mas que em ocasiões a forma realizada é mais importante que o resultado,  
62 como no caso das conferências municipais, e que a escrita do manifesto foi feita de maneira muito  
63 cautelosa, não havendo menção que todos os conselheiros são cooptados, mas que havia situações de  
64 cooptação. Finalizadas as falas, iniciaram as exposições sobre o Plano de SAN do estado, por Márcia  
65 Stolarski, informando que a CAISAN está trabalhando bastante na matéria. Comenta que não seria  
66 realizada uma nova chamada do Compra Direta, mas que o Rota do Progresso estimulou que fossem  
67 feitas novas políticas para auxiliar os 80 municípios mais necessitados do estado. Relata que houve  
68 uma proveitosa reunião com os técnicos do interior para ouvir como está a execução e quais são as  
69 dificuldades dos municípios com os programas, como o PLC, um programa mais antigo e com número  
70 maior de envolvidos. Para isso foi disponibilizado um formulário para que eles expressassem suas  
71 dificuldades, sendo o primeiro ponto o dos critérios de classificação, em que 50% votou que concorda,  
72 14% discorda, mas que uma parte considerável votou que concorda e que não compreende  
73 completamente os critérios. Uma sugestão da reunião foi que a inadimplência de uma organização  
74 seja punida com a impossibilidade de concorrer novamente ao programa. Marcia e Angelita já haviam  
75 falado com o jurídico que a participação deveria estar sujeita a um critério de execução, com a  
76 resposta de que se o estado contrata, deve ser entregue a contraprestação e que em caso de  
77 inadimplência, deve ser instaurado processo contra as organizações. Para combater isso, um novo  
78 critério será realizado, qual seja, a capacidade de atendimento dos produtos ofertados, o que será  
79 avaliado pelos técnicos. Alerta que os casos de inadimplência são exceção, e que a maioria realiza as  
80 entregas como deveria. Quanto aos alimentos fornecidos em 2024, informa que as frutas lideram  
81 como o mais entregue, seguidas do feijão em terceiro e o arroz em quarto lugar. Explica que Angelita  
82 programou para que o arroz e feijão sejam a prioridade, mas que o número de produtores de arroz é  
83 muito baixo. Acerca do descumprimento do termo de compromisso de adesão ao SISAN pelos  
84 prefeitos no período de 12 meses e da capacitação pessoal dos CRAS e CREAS, bem como a  
85 instalação de equipamentos de pesagem e locais adequados para o armazenamento de alimentos, 53%

86 dos técnicos acham que esses municípios devem ser excluídos do programa e 46% que não, por ser  
87 uma punição a municípios e pessoas que mais precisam. Os técnicos deixaram registrado durante a  
88 pesquisa que o programa não trata de doações, mas de produtos comprados pelo governo do estado,  
89 de modo que a entidade recebedora deve fiscalizar se o produto está em boas condições para ser  
90 servido ao cidadão. Os conselheiros realizam diversos apontamentos sobre as condições insuficientes  
91 dos municípios de agir como fiscais da entrega de alimentos dos programas, o que poderia ser melhor  
92 fiscalizado se houvesse mais funcionários do IDR com capacitação para atender o produtor orgânico,  
93 bem como afirmam a existência de diversas infrações do contrato realizado pelos cooperados. Roseli  
94 elabora que os novos prefeitos eleitos no ano de 2024 deveriam receber uma carta explicando de  
95 forma sucinta o que é SAN e a sua importância. Os conselheiros também sugerem que a SEAB chame  
96 os prefeitos eleitos para uma instrução à adesão ao SISAN. Em outros dados de pesquisa realizada  
97 com as entidades relacionados ao atendimento das cooperativas, 49% o atendimento das cooperativas  
98 é bom e 48% julga o atendimento ótimo. Já para o atendimento dos núcleos, 57% das entidades julgou  
99 ótimo, 36.6% bom e 6% marcou “não tive contato”. Para as entidades que são CRAS ou CREAS, foi  
100 perguntado se as suas instalações possuem local e pessoal capacitado para armazenamento de  
101 alimentos, 66% respondeu que possui e 33% respondeu que não. Ainda, foi perguntado se a entidade  
102 possui balança para aferir o peso dos alimentos pelo Compra Direta, sendo 53% afirmou não possuir  
103 tal equipamento, mesmo quando os prefeitos assinaram o termo de compromisso. Márcia explica que  
104 o DESAN está trabalhando no plano de SAN 24-27; bem como no plano estadual de orgânicos da  
105 alimentação escolar 24-27, este ainda dependendo de audiência pública; revisão do PLC para  
106 padronização do programa; realização de Estudo Técnico Preliminar (ETP) do desenvolvimento do  
107 novo sistema do PLC, para um maior controle sobre as sobras, que representam 4% de R\$  
108 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) produzidos, o que pode durar até um ano e meio  
109 de desenvolvimento. Afirma que estão sendo realizados programas para facilitar o cadastro pelos  
110 núcleos e que foram adquiridos novos freezers que devem chegar às regionais em um mês. Em relação  
111 aos alimentos orgânicos, Márcia afirma que foi entregue ao secretário pelo Comitê de Orgânicos da  
112 Alimentação Escolar o decreto de aumento de 10% dos alimentos orgânicos para todos os municípios,  
113 de modo a fomentar a aquisição. Haverá o credenciamento de todas as propriedades certificadas,  
114 produtoras de alimentos orgânicos, para que sejam mais frequentemente fiscalizadas, analisando se  
115 há contágio por agrotóxicos de propriedades vizinhas. No contexto atual de diversas queimadas pelo  
116 Brasil, Márcia explica que está em tratativas com a ADAPAR e o IDR para exigir boas práticas  
117 relacionadas à água nas propriedades de agricultura familiar. Para o próximo Compra Direta, explica  
118 que haverá o controle de qualidade, como há no PNAE, para averiguar a qualidade dos orgânicos.  
119 Voltando-se ao Plano Estadual de SAN, Márcia explica que das 80 metas previstas, 66 foram  
120 concluídas; 5 foram inviabilizadas, tanto por falta de recurso; 1 em andamento e 8 necessitam de  
121 prestação de contas, sendo que estas ficarão de fora da reunião por esse motivo. Com isso, há 82,5%  
122 de cumprimento do plano. Esses resultados estarão disponíveis no novo plano que será realizado para  
123 fiscalização. Há uma sugestão para a próxima reunião de que as metas inviabilizadas sejam discutidas.  
124 O plano que está sendo realizado já conta com 9 eixos, 65 metas e 166 ações, mas algumas secretarias  
125 ainda não apresentaram suas metas, de modo que o novo plano provavelmente irá ultrapassar o  
126 anterior nesse quesito. Os nove eixos trabalhados serão: proteção ambiental; estruturação e  
127 fortalecimento da agricultura familiar; produção de alimentos, inclusão produtiva e geração de renda;  
128 políticas públicas de abastecimento; equipamentos públicos de SAN; prevenção de agravos  
129 relacionados à alimentação; medidas regulatórias de segurança alimentar; educação alimentar e  
130 nutricional; e fortalecimento do SISAN no Paraná. Márcia comenta que deveria ser implementada a  
131 meta de fortalecimento do SISAN com as CORESAN's como sistema de fiscalização, tanto do PLC,

132 Compra Direta, PNAE e das centrais públicas. Solange e Nair apresentam argumentos contrários à  
133 fiscalização pela CORESAN, alegando que não se trata de um papel dos conselheiros, devendo  
134 alguma irregularidade constatada ser levada ao conselho para discussão. O secretário executivo  
135 Valdenir explica que, legalmente, os conselheiros eleitos pelas regionais, nomeados pelo governador,  
136 titulares ou suplentes, podem fiscalizar, ressaltando que não poderá registrar em sistemas do núcleo  
137 regional, função dos fiscais da regional. Os membros debatem acerca da falta de padronização dos  
138 papéis dos conselheiros nas regionais e da importância dessa discussão na plenária. Passando ao relato  
139 das CORESAN's, Roseli inicialmente faz um agradecimento ao secretário executivo, que está  
140 percorrendo as regionais para entender melhor cada realidade. A presidente do CONSEA informa  
141 que em sua regional, Pitanga, foi discutida a necessidade da realização de um curso de capacitação  
142 para a construção do plano, o que deveria ser feito em cada município. Entretanto, explica que no  
143 período eleitoral fica incerto se a pessoa capacitada irá continuar na sua tarefa, de modo que é melhor  
144 aguardar o fim deste período para realização as capacitações. Ainda, relata que na sua regional houve  
145 a criação de um grupo de nutricionistas por parte de um terceirizado do núcleo, em que se exigiu que  
146 os profissionais da alimentação redigissem o plano. Reforça que o plano não é de responsabilidade  
147 de nutricionistas, mas da CAISAN e do CONSEA, sendo discutido na CORESAN para ser construído  
148 em conjunto pelas secretarias. Alzimara Bacellar relata a experiência com a realização do plano na  
149 regional de Curitiba, que conta com reuniões mensais para envolver os conselheiros e lhes ofertar  
150 uma capacitação. Foi realizada a análise de indicadores dos municípios de modo que os planos  
151 possam refletir as situações de cada cidade. Explica que a regional de Curitiba possui 29 municípios  
152 muito diversos em estrutura e recursos. Afirma que o CONSEA deve ser fortalecido dentro dos  
153 municípios, de modo que possam assumir esse papel de controle social e fiscalizar como estão sendo  
154 feitos os programas. Adalberto Sabino relata que concordou com a necessidade de realizar a  
155 conferência municipal de SAN, visto que é o momento mais importante para a realização de um plano  
156 por ser o momento em que as propostas são apresentadas. Ainda, ilustra a situação da regional de  
157 Paranavaí, em que todos os municípios já aderiram ao SISAN e que esse é somente um dos passos  
158 iniciais para o combate à INSAN, em decorrência dos planos que precisam ser feitos. Explica que a  
159 dificuldade reside na necessidade de trabalhar em conjunto nos municípios. Finalizados os relatos das  
160 regionais, é chamado o Professor Huáscar Passali da UFPR para abordar o observatório dos  
161 conselhos, que realizou uma pesquisa das atividades do CONSEA realizada entre 2022 e 2023,  
162 abordando os anos 2018-2022, em que ainda havia um contexto de pandemia, extinção do CONSEA  
163 nacional e enfraquecimento das políticas nacionais de alimentação. Quanto à criação dos conselhos  
164 municipais, 291 municípios tinham lei ou decreto de criação, 60 não tinham CONSEA e 48 não  
165 responderam à pesquisa. Quanto à porcentagem de criação de conselhos por regional, Ponta Grossa  
166 figurava como a regional com menos CONSEA's instituídos. O observatório também pesquisou qual  
167 o índice de regionais com mais informações dos conselhos nas páginas de internet do município o  
168 que resultou em um número baixo de páginas próprias do CONSEA, com índice de 33%. No quesito  
169 de conselho em atividade, o observatório considerou ao menos uma reunião entre 2018 e 2022, o que  
170 resultou em 161 conselhos ativos, 130 inativos, 60 sem lei ou decreto do conselho e os 48 que não  
171 retornaram. Dos municípios que realizaram reuniões, 72 fizeram menos de uma reunião ao ano, 28  
172 fizeram 1 por ano, 28 com 2 a 3 por ano, 11 realizaram até 5, 7 realizaram até 6 e 6 municípios fizeram  
173 mais de 6 por ano. A porcentagem de municípios com CAISAN instituída e ativa é de difícil  
174 averiguação pela falta de registro da atuação. O observatório cunhou um indicador chamado  
175 engajamento nas CORESAN's, que corresponde à criação de CONSEA, CAISAN e realização de  
176 reuniões, sendo que 10 regionais apresentam engajamento médio, 10 contam com engajamento baixo  
177 e 3 com alto engajamento. O professor explica que o relatório de pesquisa conta com maiores detalhes

178 e que a associação entre nível de atividade e variáveis não-sistêmicas, como porte do município e  
179 índice de desenvolvimento municipal foram levados em consideração. Valdenir comenta que os dados  
180 foram coletados em 2022 e 2023, mas que refletem a realidade do período de 18-22, sendo que  
181 somente em 2023 houve as conferências municipais. Murilo Wenzel pergunta ao professor Huáscar  
182 sobre possíveis comparações entre os conselhos, sendo respondido que em outros conselhos pode  
183 haver uma estrutura mais consolidada por pertencer apenas a uma secretaria, tendo em vista que a  
184 alimentação abrange diversas esferas, como agricultura, saúde e educação. O conselho agradece a  
185 participação e os dados levantados pelo observatório de conselhos da UFPR. Prosseguindo com a  
186 reunião, são chamadas as professoras da UEL para que abordem a questão de insegurança alimentar  
187 nos territórios vulneráveis de Londrina. A professora e doutora Eliane Christine Santos de Campos  
188 explica que o grupo de pesquisa surgiu de um edital do governo federal para a oferta de recursos  
189 destinados a pesquisas e propostas de políticas públicas na cidade de Londrina, que foi estendido para  
190 toda a regional. Explica que há dois momentos de execução do projeto, o primeiro em relação aos  
191 territórios vulneráveis, conhecendo a realidade dos territórios a partir de atividades de campo, mas  
192 também em relação ao planejamento e controle social, com ações do CONSEA e CAISAN a partir  
193 das necessidades levantadas nas conferências municipais. De tal forma, o grupo realiza um projeto  
194 de extensão para a capacitação de profissionais para a realização do plano municipal de SAN,  
195 sensibilizando para o desenvolvimento do processo de planejamento, monitoramento e avaliação que  
196 dele resultam; sensibilizar a equipe municipal para reconhecer boas práticas já existentes que  
197 contribuam para o planejamento, monitoramento e avaliação, possibilitar a compreensão dos  
198 instrumentos básicos de planejamento na área governamental e no SISAN, a sua importância no  
199 processo de planejamento, desenvolver atividades reflexivas e práticas para a construção do plano  
200 municipal. Quanto à metodologia, as oficinas são desenvolvidas em encontros presenciais que somam  
201 20 horas e 30 horas para a realização de atividades via formulário, totalizando 50 horas. Os resultados  
202 do 1º mapeamento realizado com os municípios da regional de Londrina demonstram qual direção a  
203 CAISAN e o CONSEA devem dar à política, sendo que há muitas secretarias e departamentos  
204 interessados nas políticas de SAN e como deve-se conciliar os diferentes interesses. A professora  
205 Eliane de Campos afirma, com base nas respostas dos formulários, que a maioria dos municípios  
206 informou que a CAISAN não realiza reuniões frequentes, sendo que ocorre o inverso no CONSEA.  
207 Das pesquisas realizadas também foram apontadas as maiores dificuldades para a implementação do  
208 plano de SAN. De dificuldades administrativas, explica que foram apontadas a falta de definição de  
209 pasta gestora da SAN do município; problemas políticos e administrativos; falta de colaboração das  
210 secretarias; recursos financeiros e disponibilidade de pessoal; documentações e burocracia; falta de  
211 recursos institucionais e tecnológicos e a produção local baixa. Ainda, outras dificuldades residem na  
212 compreensão dos conceitos de SAN; entendimento da política pública; atuação colegiada e  
213 intersetorial; interesse e comprometimento dos gestores na execução da política no município; falta  
214 de oferta de capacitação envolvendo gestores, conselheiros e técnicos; pouca participação dos  
215 envolvidos; efetivação do CONSEA; falta de interesse da sociedade civil em participar do CONSEA  
216 e implementação de políticas de SAN nos municípios de pequeno porte. As alternativas possíveis  
217 para a implementação da política podem ser encontradas na contratação para a realização do plano,  
218 melhoria da infraestrutura e dos recursos, alteração da lei municipal referente à SAN, realização de  
219 conferências municipais, criação de setor específico para a mediação entre as secretarias, e criação  
220 de um instrumento de compra de alimentos direto do produtor para atender as instituições municipais.  
221 Outras saídas encontradas são a obrigatoriedade de todas as secretarias participarem de reuniões,  
222 divulgação entre prefeitos e secretários sobre a importância e a necessidade dos levantamentos e  
223 aplicações da legislação de SAN, capacitação para técnicos e conselheiros, fortalecimento da

224 articulação intersetorial, promoção da participação social, estabilidade política e administrativa e a  
225 efetividade dos conselhos. Perguntados acerca do início da elaboração do plano, apenas 27,3% dos  
226 municípios informou já haver iniciado, sendo que 57,1% está no marco conceitual, 14,3% no marco  
227 situacional e 28,6% no marco operacional. Quando os municípios foram perguntados sobre a resposta  
228 do inquérito do MapaSAN, 71,4% respondeu que não haviam respondido. Especificamente sobre o  
229 marco conceitual, a professora Eliane apresenta que 86,7% conseguiu responder todas as suas  
230 questões sobre a sua construção, sendo que as maiores dificuldades encontradas foram o pouco  
231 comprometimento dos membros da CAISAN para a elaboração de plano, falta de equipe para  
232 elaborar, dificuldade para junta e sistematizar informações sobre SAN por conta de registros perdidos  
233 ou inexistentes, e a pouca experiência em planejamento. Os municípios indicaram os pontos que  
234 julgavam positivos no processo de elaboração do marco, quais sejam, a busca por informações que  
235 não eram contempladas no plano, apoio da SEAB na disponibilização de documentos de conferências  
236 de SAN, recordação de momentos históricos importantes à pauta de SAN, auxílio na estruturação e  
237 conceitos da política de SAN e refletir sobre o estado de cada um dos municípios. As professoras  
238 reforçam que até mesmo a parte da população que não costuma figurar no censo são atendidas pelo  
239 grupo de pesquisa, como em ocupações irregulares, sendo aplicado o questionário do EBIA para que  
240 eles possam ser encaixados também no plano de Londrina. As professoras apontam que os núcleos  
241 familiares em que há crianças têm pontuado melhor nos questionários EBIA pela participação em  
242 programas de SAN ligados à escola e alimentação de crianças. Finalizada a fala do grupo da UEL,  
243 Roselene Sonda pergunta se os dados obtidos na aplicação do EBIA estão disponíveis para consulta,  
244 sendo respondida que ainda estão se tornando públicos. Após os agradecimentos, Roseli Pittner passa  
245 a palavra para Ester Amélia Assis Mendes, gerente de recursos hídricos da Sanepar, para realizar uma  
246 fala sobre o programa Água Segura, para o desenvolvimento de ações estruturais e não estruturais, a  
247 fim de promover a segurança hídrica para a continuidade dos processos da Sanepar. Explica que o  
248 programa tem o objetivo de realizar uma gestão de riscos com o uso sustentável dos recursos hídricos  
249 e proteção ao meio ambiente. Para isso serão feitas ações estruturais, como projetos e obras de  
250 resiliência hídrica e de conservação e restauração ambiental; bem como ações não-estruturais, como  
251 planejamento, planos de comunicação, sensibilização, capacitação, treinamento e revisão de  
252 legislação. Explica que a Sanepar utiliza no programa as referências dos planos de segurança da água  
253 da OMS, Ministério da Saúde e da ABNT sobre captação e distribuição para criar seu próprio PSA.  
254 Esse plano é um instrumento que identifica e avalia perigos e riscos no sistema de abastecimento de  
255 água do manancial até o consumidor, prevenindo, minimizando e eliminando fontes de contaminação.  
256 Para isso, utiliza-se o princípio de múltiplas barreiras para impedir os riscos da cadeia de produção.  
257 Ester explica que a Sanepar busca, até 2028, a realização de parcerias com o IDR-PR para o manejo  
258 sustentável das bacias e com a UFPR para o monitoramento de aquíferos. Pretende realizar também  
259 a pesquisa biológica dos mananciais, para entender o manancial como organismo e poder realizar as  
260 prevenções necessárias. Ester explica que o número de fontes subterrâneas de água aumentou quase  
261 50% no Paraná, segundo dados de 2020, e que até mesmo o IAT não possui o número exato de poços  
262 artesanais. Uma fonte alternativa como os poços não possui a fiscalização da Sanepar, podendo ser  
263 imprópria para consumo, o que prejudica seriamente a segurança alimentar. Finalizada a fala, a  
264 presidente do CONSEA agradece a presença e apresentação da Sanepar, passando a palavra a Jorge  
265 Calado, presidente do IPARDES, para que apresente os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável  
266 do IPARDES por bacias hidrográficas do estado do Paraná. Explica que o IPARDES é o responsável  
267 pela geração de informações e análises que orientam as políticas públicas e impulsionam o progresso  
268 regional, função esta que foi exercida para estudar também as 16 bacias e sub-bacias hidrográficas  
269 do Paraná. As análises do Instituto possuem três dimensões de desenvolvimento sustentável, sendo

270 elas as esferas ambiental, social e econômica. Jorge Calado apresenta dados do Índice de Qualidade  
271 das Águas. Quanto ao acompanhamento de 183 estações de monitoramento, tem-se que 149 têm  
272 classificação boa, 29 razoáveis e 5 têm classificação ruim, e quanto às bacias, metade possui  
273 classificação boa. Em análise da situação do esgoto, explica que 80% é coletado e que 100% do que  
274 é coletado é tratado pela Sanepar. O IDS também analisou o uso e cobertura da terra, chegando à  
275 conclusão que 33,01% do território é utilizado pela agricultura, 29,12% pelas florestas nativas,  
276 25,32% pelos campos e pastos, 6,47% por plantios florestais e 1,44% de áreas urbanizadas. O Paraná  
277 possui 89 unidades de conservação, o que totaliza 10% do território protegido para uso sustentável  
278 de proteção integral. O censo de 2022 estipula que houve uma taxa de crescimento demográfico do  
279 Paraná em 0,76% e que as bacias com os maiores aumentos populacionais foram de Alto Iguaçu,  
280 Baixo Iguaçu, Baixo Tibagi, Baixo Ivaí e Alto Tibagi. Os dados do Índice IPARDES de  
281 Desenvolvimento Municipal (IPDM) apontam que 29 municípios possuem alto índice de  
282 desenvolvimento (0,8 a 1,0), 360 têm índice médio (notas 0,6 a 0,8) e 10 com índice médio baixo  
283 (notas abaixo de 0,6). Os dados também revelam os números da produção de alimentos orgânicos,  
284 ficando a região da bacia de Alto Iguaçu com o maior número, somando 934 produtores cadastrados,  
285 seguido de Ribeira, Médio Iguaçu, Baixo Iguaçu e Alto Tibagi. O presidente do IPARDES passa a  
286 palavra para Marcelo, diretor da área de estatística para que explique um projeto de pesquisa  
287 domiciliar sobre SAN, que é composto pelo questionário EBIA e questões envolvendo o núcleo  
288 familiar, com objetivo de mapear a extensão da insegurança alimentar domiciliar no Paraná, com  
289 amostra de 60 mil domicílios e investimento de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). O diretor  
290 pontua que a abrangência do estudo é de todo o estado, dividido em 29 regiões geográficas imediatas  
291 e que a coleta tem estimativa de 3 meses de duração. Tatiani Macarini pergunta se a pesquisa levará  
292 em consideração questões de caracterização de comunidades indígenas ou quilombolas e Marcelo  
293 afirma que somente os fatores raça e cor serão perguntados. Encerradas as falas e perguntas, a  
294 presidente agradece a presença do IPARDES e passa a palavra para Benno, diretor técnico da SEAB,  
295 para explicar o programa Irriga Paraná. O diretor explica que o programa é a atualização de um projeto  
296 feito em 2019, com novas bases de enfrentamento de déficit hídrico, situação que diminuiu em R\$  
297 40.000.000.000,00 (quarenta bilhões de reais) a produção do Estado. O programa, instituído pela Lei  
298 Estadual 21.944/2024 visa garantir a produção, renda e segurança alimentar em períodos críticos com  
299 a prevenção da seca de nascentes pela incorreta ocupação do solo nas áreas rurais e ocorrência de  
300 enchentes. As previsões para 2050 da SETI, explica, são de que a temperatura aumentará de um a três  
301 graus e que haverá um aumento da chuva em 200 milímetros ao ano em determinados meses, seguidos  
302 de longas secas. Em decorrência dessa futura realidade, torna-se importante investir em irrigação. No  
303 Paraná, dos 9.000.000 de hectares de áreas agricultáveis, apenas 155.000 possuem irrigação, o que  
304 corresponde a 1,65% do solo e, em outro dado, que somente 5,43% das propriedades possuem  
305 irrigação, o que pode ser explicado pelo valor da implementação da tecnologia. Assim, o programa  
306 busca o estímulo à irrigação por diversos meios, sendo o primeiro da economia, com opções de  
307 financiamento com juros zerados para agricultura familiar, 80% de desconto para pagamento à vista,  
308 bônus de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), juros reduzidos para o médio e grande produtor e novas  
309 linhas de crédito para esse fim. O programa também conta com leis novas para garantir a sua  
310 implementação, bem como capacitação e assistência técnica para os equipamentos e serviços e  
311 especialização pela UEM. O investimento do programa será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões  
312 de reais) e a sua meta é de 35.000 hectares irrigados. Benno, quando perguntado sobre quais  
313 municípios podem ser beneficiados pelo programa, responde que qualquer um é elegível, mas que a  
314 área prioritária é a de regiões mais secas. Ainda, responde que para ser beneficiado com os valores, é  
315 necessário submeter um projeto técnico ao IDR-PR. Roseli Pittner agradece a presença do diretor

316 técnico e inicia os relatos das reuniões realizadas em Brasília. Primeiro explica a importância da  
317 realização das conferências de meio ambiente em 2024, que deverão ser realizadas em todas as  
318 regiões. Sobre a CPCE, explica que houve uma mesa exclusiva para dialogar sobre PNAE e seu  
319 monitoramento, falta de CAE nacional e que houve apresentações sobre ações exitosas em SAN em  
320 outros estados. Na reunião houve, ainda, discussão sobre o protocolo de monitoramento das cozinhas  
321 solidárias, devendo o CONSEA estadual fornecer um parecer sobre a matéria. Na sequência, passa a  
322 palavra a Jaciara Reis Garcia para apresentar os relatos de sua regional sobre as quarenta famílias de  
323 indígenas de Terra Roxa que estão em um processo de retomada de terras, o que os submete a ficar  
324 sem energia elétrica, água e sem acesso a escolas. Ainda, faz uma fala sobre o PAA indígena, que  
325 vem demonstrando resultados positivos, com uma nova solicitação de aumento de recursos para  
326 ampliação do programa. Ronaldo Pavlak informa que o problema da região já é conhecido pela  
327 ITAIPU e que houve o início de tratativas de compras de terras e que trabalham para um  
328 apaziguamento das comunidades. Jaciara explica que em Guaíra, através do PAA, os indígenas estão  
329 recebendo pão caseiro e 3 a 4 quilos de fruta, o que melhora a qualidade da alimentação deles e  
330 também fortalece a agricultura familiar local. Por fim, Jaciara informa que na sua regional há um  
331 número grande de desistência na produção orgânica em decorrência das mudanças climáticas, de  
332 maneira que há recursos, mas que não há alimentos. Relata que os produtores solicitam mais apoio  
333 técnico e estrutura para o processamento dos orgânicos. O secretário de agricultura e abastecimento  
334 Natalino Avance solicita uma reunião entre o CONSEA, SEAB e Fundepar para alinhar e verificar a  
335 falta de alimentos orgânicos para suprir a demanda necessária. Flávia informa que o Ministério da  
336 Educação não irá realizar a capacitação das nutricionistas do PNAE para as boas práticas voltadas às  
337 restrições alimentares em decorrência de uma pesquisa realizada em todos os municípios, em que  
338 30% afirmou não possuir problemas para suprir as necessidades das pessoas com restrição por não  
339 possuir alunos com intolerâncias, 59% afirmou possuir problemas com cardápio e licitação e apenas  
340 6% das unidades executoras afirmou ter superado os problemas. Rosângela responde que no Paraná  
341 há um empenho em realizar a certificação para os estabelecimentos que oferecem a alimentação  
342 especializada, o que irá ocorrer também nas escolas. Flávia reforça que os selos de segurança devem  
343 ser realizados a nível estadual, por meio da SESA, para que tenham ampla validação no Paraná. Faz  
344 constar em ata que uma criança de cinco anos, celíaca, que mora atualmente em Antonina e teve a  
345 alimentação adequada negada no atual. A CORESAN contatou o município e Antonina ofereceu  
346 alimentos in natura para a o devido preparo em casa e enviado posteriormente para a alimentação do  
347 estudante. Contudo, a mãe informou possuir problemas de logística que impossibilitam a manipulação  
348 diária, de modo que processou a prefeitura, vindo a perder o processo e recebendo a negativa de  
349 atendimento à criança com restrição. Flávia comenta que tem medo de que um caso como esses gere  
350 uma jurisprudência. Em outro ponto, Flávia relata sobre os indígenas de Foz do Iguaçu, que o  
351 município alega que eles não estão legalizados como desmembramento da aldeia de São Miguel do  
352 Iguaçu, que somam 52 famílias. Eles são atendidos pelo Mesa Brasil de Cascavel, o que é  
353 logisticamente difícil pelos 150 quilômetros de distância, mas que a Assistência Social de Foz do  
354 Iguaçu, que possui três funcionários, afirma que as famílias foram cadastradas no CRAS, tendo água  
355 e luz, mas não escapando da situação de miserabilidade por não possuírem trabalho. Quanto à adesão  
356 ao SISAN, informa que o processo anda lentamente. O secretário executivo reforça que o controle  
357 para a permanência no SISAN, com o plano municipal de SAN publicizado na página do município,  
358 câmara e conselho em funcionamento, correção de inconsistências sanáveis pelo núcleo e  
359 CORESAN's. Os documentos obrigatórios para a permanência, segundo as determinações federais,  
360 são: plano de SAN vigente, ata da última reunião da CAISAN e do CONSEA, bem como os  
361 documentos que comprovem a correção de inconsistências. Quanto à revisão do regimento, o



Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná

**Ata da 4ª Reunião Ordinária**

Curitiba, 12 e 13 de setembro de 2024.



362 secretário executivo sugere que seja realizada a votação sobre a análise da atual documentação pela  
363 Câmara de Institucionalidade para realizar um parecer para a próxima reunião presencial, restando  
364 aprovada a sugestão. Roseli explica que é muito importante a revisão do documento porque sua última  
365 alteração foi realizada em 2019. Finalizada a pauta, a presidente e o secretário executivo agradecem  
366 a presença dos conselheiros e palestrantes, encerrando a reunião.

**Subscreve a memória:**

Valdenir B. Veloso NETO  
Secretário Executivo CONSEA/PR  
Agente Técnico Profissional SEAB